

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS-CESP
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM HISTÓRIA PARFOR-
AUTAZES/MANACAPURU

**Ata defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em História do Centro de Estudos
Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do
Amazonas, realizado no dia 01 de agosto de 2026.**

Ao 01 dia do mês de agosto de 2026, nas dependências do SEBRAE AMAZONAS – Unidade Muni Lourenço Silva Júnior, localizado na Rua Ângelo Portugal S/N, no município de Autazes, realizou-se a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins da discente **ERLANE DIAS PINHEIRO**, com o tema **O ENSINO DE HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA MURA: Um estudo na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, Autazes, Amazonas**. As apresentações cumprem uma exigência do Projeto Pedagógico do curso para obtenção do grau de Licenciada em História. O Presidente deu início à sessão e informou sobre os procedimentos do exame de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Depois da apresentação, palavra foi facultada a discente para apresentar uma síntese do seu estudo e em seguida, foi arguida pelos membros avaliadores. Após a apresentação e arguição pelos membros da Banca avaliadora, esta se reuniu e considerou a discente Aprovada. A sessão foi encerrada. Eu, Bruno Miranda Braga, secretariei e lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da banca avaliadora.

Bruno Miranda Braga Nota (10,0)
Orientador Professor Dr. Bruno Miranda Braga

Evelyn Marcelle Campos Ramos Nota (10,0)
Avaliadora Professora MSc. Evelyn Marcelle Campos Ramos

Luciane Rocha Paes Nota (10,0)
Avaliadora Professora Dra. Luciane Rocha Paes

Média (10,0)

Erlane Dias Pinheiro
Acadêmica: Erlane Dias Pinheiro

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ERLANE DIAS PINHEIRO

O ENSINO DE HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA MURA:
Um estudo na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, Autazes, Amazonas

AUTAZES - AM
2026

ERLANE DIAS PINHEIRO

O ENSINO DE HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA MURA:
Um estudo na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, Autazes, Amazonas

Trabalho de Conclusão de Curso em História apresentado a Universidade do Estado do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de licenciado(a) em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Miranda Braga

AUTAZES - AM
2026

ERLANE DIAS PINHEIRO

O ENSINO DE HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA MURA:
Um estudo na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, Autazes, Amazonas

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Licenciado em História e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora da Universidade do Estado do Amazonas

Aprovado em 01 de agosto de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Miranda Braga Presidente/Orientador
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Profa. MSc. Evelyn Marcele Campos Ramos – Membro
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFAM - PPGH/UFAM

Profa. Dra. Luciane Rocha Paes - Membro
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

O Ensino de História e Identidade Cultural Indígena Mura: um estudo na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, Autazes, Amazonas

Erlane Dias Pinheiro¹
Bruno Miranda Braga²

Resumo: A educação escolar indígena constitui um direito assegurado legalmente no Brasil, fundamentado no reconhecimento da diversidade étnica, cultural e histórica dos povos indígenas. Nesse contexto, o ensino de História assume papel fundamental na valorização das memórias, dos saberes tradicionais e das trajetórias de luta dessas populações. O presente artigo analisa o papel do ensino de história no fortalecimento da identidade cultural indígena dos estudantes da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, localizada na terra indígena lago do Paracuúba, no município de Autazes, Amazonas. Trata-se de um estudo com ênfase na História Cultura e Educação, com abordagem qualitativa, realização de pesquisa de campo, norteadas pela metodologia da história oral, aplicação de questionário e registro no diário de campo. Os resultados apontam que práticas pedagógicas interculturais, contextualizadas e voltadas para a história local contribuem significativamente para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da valorização cultural e do reconhecimento, dos estudantes como sujeitos históricos.

Palavras chaves: Escola Indígena; Povo Mura; História Local; Educação Intercultural.

Abstract: Indigenous school education is a legally guaranteed right in Brazil, based on the recognition of the ethnic, cultural and historical diversity of indigenous peoples. In this context, the teaching of History plays a fundamental role in valuing the memories, traditional knowledge and trajectories of struggle of these populations. This article analyzes the role of history teaching in strengthening the indigenous cultural identity of students at the Sete de Setembro Indigenous Municipal School, located in the Lago do Paracuúba indigenous land, in the municipality of Autazes, Amazonas. It is a study with an emphasis on History, Culture and Education, with a qualitative approach, conducting field research, guided by the methodology of oral history, application of a questionnaire and recording in the field diary. The results indicate that intercultural pedagogical practices, contextualized and focused on local history, contribute significantly to the strengthening of the sense of belonging, cultural appreciation and recognition, of students as historical subjects.

Keywords: Indigenous School; Mura People; Local History; Intercultural Education.

Introdução

A Educação Escolar Indígena, enquanto política pública e direito constitucional fundamenta-se no reconhecimento da pluralidade cultural dos povos indígenas e na necessidade de uma escola que respeite suas especificidades socioculturais, linguísticas e territoriais. Nesse contexto, este estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, povo indígena Mura, situada na zona rural do município de Autazes, envolvendo alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Destaca-se ao longo do artigo que a escola assume papel estratégico na preservação e na transmissão dos conhecimentos tradicionais, das narrativas históricas e

¹ Acadêmica de Licenciatura em História UEA/PARFOR.

² Orientador. Doutor em História PUC-SP, professor colaborador do Curso de História, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA /PARFOR, e professor de História da Amazônia do departamento de História da UFAM.

das práticas culturais. Ao articular os conteúdos escolares às vivências comunitárias, o ensino de História contribui para que os estudantes Mura se reconheçam como sujeitos históricos e agentes de transformação social, fortalecendo sua identidade cultural e seu pertencimento étnico.

A História Oral foi à metodologia utilizada uma vez que se apresenta como uma ferramenta fundamental para a valorização das memórias e narrativas dos povos indígenas. Segundo Alberti (2008), a história oral permite registrar experiências, percepções e interpretações dos sujeitos sobre os acontecimentos vividos, constituindo fontes legítimas para a produção do conhecimento histórico. No contexto indígena, essa metodologia possibilita incorporar as vozes dos mais velhos, das lideranças e dos moradores da comunidade ao ensino e à pesquisa, reconhecendo a oralidade como forma legítima de transmissão do saber.

Ao integrar a história local, a memória coletiva e os saberes tradicionais ao ensino de História, a escola indígena Mura contribui para a construção de um currículo mais contextualizado e significativo para os alunos.

Uma breve contextualização da Educação Escolar Indígena

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012), essa modalidade de ensino deve ser intercultural, comunitária, específica e diferenciada, promovendo o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos. Nesse sentido, a escola indígena deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos formais para constituir-se como lugar de afirmação identitária, valorização dos conhecimentos próprios e fortalecimento cultural.

A noção de identidade cultural indígena está diretamente relacionada aos processos históricos de resistência, às formas próprias de organização social, às práticas culturais e à relação com o território. Hall (2006) compreende a identidade como uma construção histórica e social, dinâmica e em constante transformação, produzida nas interações entre os sujeitos e seus contextos. Aplicada à realidade dos povos indígenas, essa perspectiva permite compreender que a identidade não é algo fixo, mas um processo continuamente reafirmado por meio da memória, da língua, dos rituais, dos saberes tradicionais e das narrativas coletivas.

No campo da Educação Escolar Indígena, a identidade assume papel central, pois a escola pode tanto contribuir para o fortalecimento cultural quanto reproduzir práticas de silenciamento e negação das diferenças. Para Candau (2011), uma educação

intercultural deve promover o reconhecimento do outro, o respeito à diversidade e a valorização dos diferentes saberes, rompendo com perspectivas homogêneas e eurocêntricas do conhecimento. Assim, o ensino de História, quando orientado por princípios interculturais, pode atuar como instrumento de valorização das trajetórias históricas indígenas e de reconstrução de narrativas historicamente marginalizadas.

Nesse processo, a presença de professores indígenas assume particular relevância. Na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, o corpo docente é composto integralmente por professores indígenas pertencentes ao povo Mura. Essa característica constitui um importante diferencial da instituição, uma vez que possibilita que o processo educativo seja conduzido por profissionais que compartilham referências históricas, culturais, territoriais e sociais da própria comunidade. Mais do que responsáveis pelos componentes curriculares previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esses docentes desempenham papel fundamental na preservação e valorização dos saberes tradicionais, atuando como mediadores entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos ancestrais do povo mura.

Essa realidade está em consonância com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), que reconhece a importância do professor indígena como protagonista na construção de uma escola específica, diferenciada, intercultural e vinculada às necessidades de sua comunidade (BRASIL, 1998). Nessa perspectiva, a presença de professores Mura contribui para que as práticas pedagógicas estejam relacionadas à realidade sociocultural dos estudantes, favorecendo o fortalecimento da identidade étnica, do sentimento de pertencimento e da transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais. Conforme destaca Baniwa (2006), a participação dos próprios indígenas na condução dos processos educativos constitui elemento fundamental para o fortalecimento da autonomia, da identidade cultural e do protagonismo dos povos indígenas.

Quanto à formação acadêmica e profissional, o corpo docente da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro apresenta uma composição diversificada, reunindo profissionais com formação em Pedagogia, Ciências Humanas e Sociais e Língua Portuguesa. Entre as instituições responsáveis por essas formações estão a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Instituto Geremário Dantas. Essa diversidade formativa amplia as possibilidades de atuação pedagógica e contribui para o desenvolvimento de práticas educativas comprometidas tanto com os conhecimentos escolares quanto com as especificidades socioculturais da comunidade Mura.

Destaca-se, ainda, a presença de professores com formação no Magistério Indígena Pirayawara, modalidade direcionada à formação de educadores indígenas e fundamentada na valorização dos saberes, da cultura e das identidades dos povos indígenas. Tal formação contribui para que as práticas pedagógicas estejam articuladas aos modos próprios de ensinar e aprender da comunidade, em conformidade com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012). Além disso, parte dos docentes encontra-se em processo de formação em cursos de graduação e outras modalidades de qualificação profissional, demonstrando compromisso com a formação continuada e com o aperfeiçoamento das práticas educativas desenvolvidas na escola.

O ensino de História, nesse contexto, ultrapassa a simples abordagem de fatos e datas para assumir uma função social e formativa. Bittencourt (2009) destaca que a História escolar deve dialogar com a realidade dos estudantes, articulando conteúdos curriculares às experiências vividas e aos contextos locais. Para os povos indígenas, isso significa inserir no currículo as histórias de suas comunidades, seus mitos de origem, seus processos de luta pelo território, seus modos de vida e suas formas próprias de produção do conhecimento. Na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, a atuação de professores pertencentes ao próprio povo mura favorece essa articulação, uma vez que esses profissionais conhecem e vivenciam aspectos históricos, culturais e territoriais da comunidade em que atuam.

Freire (1996) reforça a importância de uma educação baseada no diálogo, na escuta e no respeito aos saberes dos educandos. Nessa perspectiva, a diversidade das formações acadêmicas, aliada aos conhecimentos culturais e territoriais dos professores indígenas mura, favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas e interculturais. O ensino de História torna-se, assim, um espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual os estudantes deixam de ser meros receptores de informações e passam a atuar como sujeitos históricos, produtores de sentidos e protagonistas de suas próprias narrativas. Tal abordagem contribui para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento e da valorização da identidade cultural indígena.

Conforme Funari e Piñón (2016), a valorização da história dos povos indígenas no Brasil é essencial para romper com estereótipos e promover uma compreensão mais ampla e plural da formação histórica do país. Dessa forma, o ensino de História pode atuar como instrumento de fortalecimento da identidade cultural indígena ao reconhecer as experiências, as resistências e as contribuições desses povos para a sociedade brasileira. No contexto da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, a presença de

um corpo docente integralmente constituído por professores Mura fortalece essa perspectiva, pois possibilita a articulação entre os conteúdos curriculares, a memória coletiva, os conhecimentos tradicionais e as experiências históricas da própria comunidade.

A Escola Municipal Indígena Sete de Setembro: convergências e divergências entre a prática docente e os estudos sobre educação escolar indígena

A Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, está localizada na Terra Indígena Iago do Paracuúba, Aldeia Paracuúba, zona rural, no município de Autazes, Amazonas, tendo aproximadamente 106 famílias da etnia Mura.

Imagem 01: Faixada da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro.



Fonte: Pinheiro, 2026.

Segundo os moradores mais antigos da aldeia Paracuúba, a primeira escola da região funcionava na Fazenda Acarape, localizada do outro lado do rio Autaz-Açu, em área não indígena. Somente em 1986, a escola passou a funcionar dentro da aldeia, na casa do senhor Argemiro Correia. Em 1995, foi construído o primeiro prédio escolar,

por meio de uma parceria entre a comunidade e o prefeito Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio.

A prefeitura doou as telhas, os pregos, à tinta e disponibilizou o carpinteiro. A madeira foi doada pela própria comunidade, que, na época, tinha como capitão o senhor Antônio Bararuá dos Santos. Foi ele quem nomeou a escola como Sete de Setembro, em homenagem ao Dia da Independência do Brasil.

O estabelecimento de ensino possui autorização para funcionamento através da Lei Municipal Nº 023/2006/PMA-GP. Com o código do INEP: 13020021 funciona em prédio próprio, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Autazes. Atendendo as turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II, Ensino Médio Indígena e EJA. No que diz respeito ao espaço físico da escola, conta com 04 salas de aula, 01 diretoria e 01 refeitório.

As atividades são realizadas a partir dos planejamentos em coletividade dos professores e equipe gestora. Os conteúdos curriculares presentes nos planejamentos das disciplinas estão fundamentados nas Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental e na Matriz Curricular do Município. Dessa forma, o currículo é orientado por uma base nacional comum, contemplando conteúdos essenciais para a formação integral do aluno nas áreas de Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas.

De acordo com relato da professora colaboradora da pesquisa,

A hora-atividade é destinada ao planejamento pedagógico, realização de reuniões, correção de tarefas, estudos e reflexões sobre os conteúdos curriculares, além do desenvolvimento de ações, projetos e propostas metodológicas. Esse momento também favorece a troca de experiências entre os docentes, o atendimento a alunos e pais e a discussão de outros assuntos educacionais de interesse dos professores. O funcionamento das aulas ocorre nos turnos matutino, das 7h às 12h, vespertino, das 13h às 17h, e noturno das 19h00min às 10h: 30h (Entrevista, 2025).

Dentre as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro estão às atividades práticas e culturais, como dramatizações sobre as profissões presentes na aldeia, oficinas educativas, feiras culturais, seminários e projetos temáticos, promovendo a aprendizagem ativa, a socialização e a valorização da cultura local.

O trabalho pedagógico é construído de forma participativa, envolvendo professores, alunos, pais, lideranças e demais membros da comunidade, incentivando o trabalho em equipe, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Além disso, há o fortalecimento das aprendizagens básicas por meio de projetos em Língua Portuguesa e Matemática, com foco na leitura, interpretação de texto, escrita e

raciocínio lógico, relacionando os conteúdos escolares à realidade social dos alunos, envolvendo os comunitários a partir de eventos socioculturais fundamentadas na realidade do povo Mura, na participação da comunidade e na integração entre os saberes tradicionais e os conhecimentos escolares.

A escola promove a valorização da cultura e dos saberes indígenas, fortalecendo a identidade étnica dos alunos por meio da preservação de costumes, histórias, crenças e práticas culturais. Nesse contexto, a aprendizagem também ocorre com os mais velhos da aldeia, por meio de pesquisas, conversas e escutas de histórias de vida, especialmente relacionadas às formas de subsistência, tradições e modos de viver, garantindo a transmissão intergeracional dos conhecimentos.

Atualmente, as turmas dos anos iniciais utilizam material pedagógico do Sistema do MEC, composto por livros consumíveis e não consumíveis. O trabalho pedagógico é complementado por atividades didáticas elaboradas pelos professores, sob orientação do Setor de Educação Indígena, da pedagoga da SEMED e com base nas diretrizes dos cursos de capacitação promovidos pela Secretaria de Educação.

No entanto, os dados revelam que há no cotidiano escolar convergências e divergências docentes em relação ao ensino de História como instrumento para o fortalecimento da identidade cultural indígena. Alguns docentes associam a identidade não apenas a conteúdos curriculares formais, mas às práticas cotidianas, à memória coletiva, à relação com o território e à transmissão oral de saberes entre gerações, especialmente por meio da participação de anciãos e lideranças comunitárias.

Essa concepção converge com os pressupostos da Educação Escolar Indígena defendido por Baniwa (2019, p. 296), ao afirmar que “a escola indígena deve se constituir como espaço de valorização dos conhecimentos próprios dos povos indígenas, respeitando seus modos de vida, sistemas simbólicos e formas tradicionais de produção do conhecimento”.

Os dados também dialogam com a perspectiva da interculturalidade crítica apresentada por Candau (2012, p. 235-250), que compreende a escola como espaço de diálogo entre diferentes saberes, sem hierarquização entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais.

Na entrevista com a professora local, a mesma comenta que:

Trabalha na escola Indígena Sete de Setembro, mais de 10 anos, ela comenta no contexto escolar, é fundamental reconhecer e respeitar a diversidade cultural dos alunos indígenas, promovendo uma educação que valorize e inclua suas perspectivas e experiências. Incluir nas aulas de histórias, e fundamental conectar a história global com a história local e a memória

coletiva da comunidade. Aulas expositivas; roda de conversa; pesquisas; trabalho em grupo; relatos orais de anciãos; projetos interdisciplinares e outros conteúdos indígenas nos currículos. Aponto como dificuldades a falta de recursos, currículo sobre carregado de dificuldade em encontrar fontes e materiais, necessidade de abordar esses temas com respeito e sensibilidade. A participação da comunidade ocorre às vezes. Recebi formação específica: Magistério indígena. Licenciatura específica indígena, saberes indígenas. Como sugestões, destaco formação docente, currículo flexível, parcerias, recursos diversificados, diálogo e respeito projetos interculturais, festa e celebrações histórias e narrativas compartilhadas histórias e narrativas de diferentes culturais. (Entrevista, 2026).

Observa-se que a professora enfatiza que a equipe docente busca articular a história local à história geral, promovendo o protagonismo dos estudantes indígenas como sujeitos históricos, capazes de interpretar criticamente sua realidade e reconhecer sua pertença cultural.

Entretanto, apesar dessas convergências, os dados revelam limites estruturais que tensionam a efetivação de uma prática intercultural mais consistente. Entre as principais dificuldades apontadas estão: “a escassez de materiais didáticos específicos, a rigidez curricular e os conflitos entre o saber científico escolar e os conhecimentos tradicionais indígenas.” (Relato do Diário de Campo, 2025).

Essa realidade é problematizada por Silva (2015), ao destacar que os currículos escolares tendem a privilegiar epistemologias ocidentais, subordinando os saberes indígenas às exigências do sistema educacional hegemônico. Tal perspectiva diverge parcialmente das práticas relatadas, uma vez que os docentes demonstram iniciativas de resistência pedagógica, ainda que condicionadas por limitações institucionais.

Outro aspecto relevante refere-se à participação da comunidade no cotidiano escolar. Embora reconhecida como fundamental para o ensino da História e para o fortalecimento identitário, a participação de anciãos, lideranças e familiares ocorre, segundo os questionários, de forma esporádica e vinculada a eventos pontuais.

Essa constatação aproxima-se da análise de Silva (2001), que aponta a fragilidade da integração entre escola e comunidade em muitos contextos indígenas, onde a participação comunitária assume caráter simbólico, sem continuidade sistemática no processo pedagógico.

Os professores também destacam a formação específica em Educação Escolar Indígena como condição indispensável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais. A formação docente aparece como elemento estruturante para a compreensão das especificidades culturais, históricas e sociais dos povos indígenas, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à formação continuada.

Essa reflexão encontra respaldo em Freire (2000, p. 25), “daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra” — implicando que a educação, enquanto prática humana está sempre orientada por escolhas, valores e posicionamentos que se articulam com a realidade cultural e social dos sujeitos.

Dessa forma, os dados indicam que há significativa convergência entre as práticas docentes e os referenciais teóricos da Educação Escolar Indígena e da interculturalidade crítica. No entanto, persistem divergências relacionadas às condições institucionais, à organização curricular e à insuficiência de políticas públicas que garantam maior autonomia pedagógica às escolas indígenas. Esses fatores evidenciam que o fortalecimento da identidade cultural indígena no ensino de História exige não apenas o engajamento dos professores, mas transformações estruturais no sistema educacional, capazes de reconhecer e legitimar os saberes indígenas como conhecimentos historicamente produzidos e socialmente válidos.

A percepção das lideranças indígenas sobre o papel da escola na valorização cultural

Um dos princípios fundamentais da Educação Escolar Indígena é a participação comunitária no processo educativo. Nesse sentido, a escola indígena não deve ser compreendida apenas como um espaço institucional de transmissão de conhecimentos formais, mas também como um ambiente de diálogo, participação e construção coletiva, no qual lideranças tradicionais, anciãos, famílias, professores indígenas e demais membros da comunidade possam contribuir para as discussões e práticas educacionais.

Na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, a comunidade indígena participa das discussões e das atividades educacionais por meio das lideranças tradicionais, dos anciãos, das famílias, dos professores indígenas e da comunidade escolar. Essa participação ocorre em reuniões, projetos, eventos culturais, pesquisas comunitárias, rodas de conversa, contação de histórias e outras atividades relacionadas à valorização dos conhecimentos tradicionais do povo Mura. Dessa forma, os membros da comunidade são inseridos no processo educativo não apenas como participantes de atividades pontuais, mas também como detentores de conhecimentos fundamentais para a preservação da história, da memória e da identidade cultural.

Essa perspectiva encontra respaldo no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), que reconhece a participação da comunidade como

elemento fundamental para a construção de uma escola específica, diferenciada, intercultural e comunitária. O documento orienta que os povos indígenas participem das decisões relacionadas à organização da escola, à construção curricular, à definição das prioridades pedagógicas e à elaboração do Projeto Político-Pedagógico, fortalecendo o protagonismo indígena no processo educativo (BRASIL, 1998).

Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados às lideranças indígenas evidenciam um consenso significativo quanto à relevância da escola no fortalecimento da identidade cultural indígena. Observou-se que 100% dos colaboradores reconhecem a importância de a escola trabalhar a história e a cultura do povo indígena, bem como percebem impactos positivos desse ensino na forma como os jovens passam a valorizar suas raízes culturais.

Na entrevista com o Tuxaua local, o mesmo comenta que:

O Tuxaua, José Antônio da Silva Lima, Atua como liderança na comunidade há mais de 10 anos. Para mim, identidades culturais indígena são as nossas tradições, nossas línguas, nossas crenças e nossos modos de vida na comunidade, transmitidos de geração em geração. Considero muito importante que a escola trabalhe a história local e a cultura do povo indígena, principalmente por meio dos eventos culturais, pois eles fortalecem nossas raízes. Acredito que a escola, às vezes, aborda nas aulas de História a história e a cultura da nossa comunidade. Vejo que a comunidade e as lideranças participam das atividades escolares por meio de eventos culturais, como danças e a contação de histórias pelos mais velhos. Acredito que o ensino de História contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes, pois fortalece e valoriza nossa memória coletiva. Percebo que a escola valoriza a memória coletiva, os saberes tradicionais e os conhecimentos dos mais velhos. Considero que o conhecimento dos anciãos deve ser passado de geração em geração, para que nossa cultura não se perca. No entanto, percebo que, em parte, há mudanças na forma como os jovens valorizam a cultura indígena, pois muitos não buscam mais esse conhecimento quando terminam os estudos. Como sugestão para melhorar o ensino intercultural e diferenciado, acredito que é importante trabalhar mais o grafismo, o artesanato, as medicinas tradicionais e envolver os anciãos na contação de histórias, fortalecendo ainda mais nossa identidade cultural. (Entrevista, 2026).

Os resultados apresentam homogeneidade nas respostas, o que indica convergência de percepções entre as lideranças entrevistadas. Esse tipo de uniformidade, em pesquisas qualitativas com apoio quantitativo, reforça a consistência interna dos dados e permite uma análise interpretativa mais aprofundada. O depoimento do Tuxaua também evidencia formas concretas de participação da comunidade no processo educativo, especialmente por meio dos eventos culturais, das danças e da contação de histórias pelos mais velhos. Nesse contexto, os anciãos e as lideranças

assumem papel relevante na transmissão dos conhecimentos tradicionais e na preservação da memória coletiva do povo Mura.

Entretanto, quando questionados sobre a frequência com que a escola aborda a história e a cultura indígena e sobre a valorização da memória coletiva e dos saberes tradicionais, todas as lideranças assinalaram a alternativa “às vezes”. Esse resultado demonstra que, embora a participação comunitária esteja presente e seja reconhecida como importante, sua inserção nas práticas pedagógicas ainda necessita de maior continuidade e sistematização.

Na entrevista com o Vice - Tuxaua local, o mesmo comenta que:

O Vice - Tuxaua Rizomar Carvalho Girão, atua como liderança na comunidade há 5 a 10 anos. Para mi, identidade cultural indígena é um laço que conecta as pessoas à pessoa sua comunidade, à sua história e à sua herança. Ela é construída e transmitida ao longo das gerações, mesmo diante das dificuldades que enfrentamos. Considero muito importante que a escola trabalhe a história local e a cultura do nosso povo, porque isso ajuda os alunos a entenderem suas raízes e valorizarem quem são. Na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, percebo que a história e a cultura da comunidade são abordadas às vezes nas aulas de História. A comunidade e as lideranças participam das atividades escolares por meio de pinturas corporais, dança do tatu, contação de histórias, entre outras ações. Eu também participo dos momentos de convivência, como os almoços na comunidade, quando o povo se reúne. Acredito que o ensino de História contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes, porque reflete e valoriza quem eles são. No entanto, penso que a escola valoriza a memória coletiva, os saberes tradicionais e os conhecimentos dos mais velhos apenas às vezes. Considero importante que a escola trabalhe saberes como o artesanato, as músicas, as danças, a medicina tradicional, as histórias e a agricultura tradicional, como a roça indígena. Percebo mudanças na forma como os jovens valorizam a cultura indígena após estudarem na escola, pois eles passam a reconhecer mais a importância de sua própria cultura. (Entrevista, 2026).

O depoimento do Vice Tuxaua Rizomar Carvalho Girão evidencia a relevância da escola como espaço de fortalecimento da identidade cultural indígena, ao reconhecer que o ensino de História pode contribuir para a valorização das raízes, da memória coletiva e dos saberes tradicionais. Sua fala também demonstra que a comunidade e as lideranças são inseridas nas práticas educacionais por meio das pinturas corporais, da dança do tatu, da contação de histórias, dos momentos de convivência comunitária e de outras atividades que aproximam a escola dos conhecimentos e das práticas culturais do povo Mura.

No entanto, ao afirmar que essas práticas ocorrem apenas “às vezes”, revela-se a necessidade de maior continuidade e sistematização das ações pedagógicas voltadas à

cultura local, garantindo que a participação comunitária e a valorização da identidade indígena sejam permanentes e integradas ao cotidiano escolar.

Esse dado revela que, embora haja reconhecimento institucional da importância da cultura indígena e da participação da comunidade, sua implementação no cotidiano escolar ainda ocorre, em determinados aspectos, de maneira pontual e não sistemática. Dessa forma, a participação dos anciãos, das lideranças, das famílias e dos demais membros da comunidade podem ser fortalecida para que ultrapasse os eventos específicos e esteja cada vez mais presente no planejamento e no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Essa percepção encontra respaldo em estudos realizados no contexto brasileiro por Santana (2024, p. 13), o qual: ao analisar a educação escolar indígena no caso do povo Kiriri, aponta que a presença dos saberes tradicionais na escola ainda depende fortemente de iniciativas isoladas, muitas vezes vinculadas ao engajamento de professores ou lideranças específicas, e não de uma política pedagógica contínua.

De forma semelhante, Silva e Moraes (2024), em uma revisão integrativa sobre Educação Escolar Indígena no Brasil, destacam que a interculturalidade, apesar de prevista nas diretrizes legais, enfrenta dificuldades práticas relacionadas à formação docente, à escassez de materiais didáticos contextualizados e à limitação de recursos institucionais. Esses fatores ajudam a explicar por que, mesmo em escolas indígenas, o trabalho com a cultura local ainda ocorre de maneira intermitente, como indicado pelas lideranças entrevistadas.

No que se refere aos efeitos do ensino intercultural sobre os estudantes, os resultados do questionário demonstram que 100% das lideranças percebem mudanças positivas nos jovens, especialmente no interesse pela própria história e na valorização dos conhecimentos dos mais velhos. Este resultado dialoga com pesquisas que analisam a relação entre escola e identidade indígena.

Tatijana Bessa Bueno, et al. (2025, p. 1-9), afirmam que: uma educação escolar indígena diferenciada – que respeite e incorpore os saberes, línguas e práticas culturais das comunidades – é fundamental para o fortalecimento da identidade cultural e sentimento de pertencimento dos jovens indígenas, contribuindo para sua autoestima e engajamento no processo educativo.

Conforme os autores, “a educação escolar indígena precisa ser diferenciada, respeitando as particularidades das comunidades, com uma abordagem intercultural, bilíngue e comunitária, que integre o conhecimento tradicional com o ensino formal”,

promovendo assim o reconhecimento cultural e maior presença dos saberes locais na escola.

Essa verificação reforça os dados do presente estudo, nos quais as lideranças associam o ensino da cultura indígena ao maior interesse dos jovens em aprender com os mais velhos e preservar suas tradições. Além disso, os resultados permitem compreender que os povos indígenas são ouvidos e inseridos nas discussões e práticas educacionais da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro por meio da participação das lideranças Mura, dos anciãos, das famílias, dos professores indígenas e dos demais membros da comunidade.

Entretanto, os próprios depoimentos demonstram que essa participação e a presença dos saberes tradicionais ainda necessitam de maior continuidade no cotidiano escolar. Assim, ampliar a participação comunitária na construção curricular, no planejamento pedagógico e nas demais decisões educacionais pode contribuir para fortalecer o protagonismo do povo Mura e consolidar os princípios de uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, intercultural e comunitária, conforme orientado pelo RCNEI (BRASIL, 1998).

Ensino de História e Educação Escolar Indígena: percepções dos estudantes sobre identidade, cultura e saberes tradicionais.

Os estudantes da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro pertencem integralmente ao povo indígena Mura, característica que confere à instituição uma identidade étnico-cultural singular e fortalece o desenvolvimento de uma educação escolar contextualizada. A composição do corpo discente reflete a realidade da comunidade em que a escola está inserida, possibilitando que o processo educativo seja construído a partir das experiências, dos conhecimentos e das práticas socioculturais compartilhadas pelos próprios estudantes.

O fato de professores e estudantes pertencerem ao mesmo povo indígena favorece a construção de um ambiente educativo pautado no diálogo intercultural, na valorização da memória coletiva e na preservação da identidade cultural. Nesse contexto, a escola configura-se como espaço de fortalecimento da ancestralidade, no qual os conhecimentos científicos podem dialogar com os saberes tradicionais, promovendo uma formação que respeite os modos próprios de aprender, ensinar e viver do povo Mura.

Na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro, os professores do Ensino Fundamental II trabalham a disciplina de História buscando contribuir para a formação da consciência histórica e para a valorização da identidade étnica. Os dados obtidos com os estudantes revelam que todos os participantes afirmaram gostar de ser indígenas, demonstrando orgulho e sentimento de pertencimento cultural. Esse resultado evidencia que a identidade étnica permanece viva e significativa para os estudantes, especialmente quando associada às práticas culturais cotidianas e às memórias coletivas transmitidas pelos mais velhos.

Quando questionados, durante a roda de conversa, sobre o que mais apreciam em sua cultura e tradição, os estudantes destacaram elementos como as danças, as pinturas corporais, a pesca, a caça, o preparo de alimentos tradicionais, as histórias narradas pelos mais velhos e as manifestações culturais coletivas. Esses dados indicam que os saberes tradicionais e as práticas comunitárias ocupam lugar central na construção do conhecimento e da identidade dos estudantes.

Um dos participantes afirmou: “Gosto muito das danças, das pinturas corporais e das histórias contadas pelos mais velhos” (Narrativa do Estudante A). Outro destacou: “Eu gosto de pesca, caça e praticar as tradições antigas como dança e jogo cultural” (Narrativa do Estudante B). Essas falas evidenciam a importância da oralidade, das experiências comunitárias e da vivência cultural como formas legítimas de produção e transmissão do conhecimento histórico.

Esse resultado converge com os estudos de Gersem Baniwa (2019), ao destacar que, para os povos indígenas, a construção do conhecimento está profundamente relacionada às experiências coletivas, à oralidade e à relação com o território. Nessa perspectiva, a escola indígena deve reconhecer esses conhecimentos como componentes fundamentais do processo educativo, evitando estabelecer uma relação hierárquica entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos.

Além dos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as práticas pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes contemplam aspectos relacionados à história do povo Mura, à preservação do território, aos conhecimentos dos anciãos, às práticas tradicionais, às plantas medicinais, às manifestações culturais e à relação com os rios e com a floresta. Essas experiências contribuem para aproximar o processo de ensino e aprendizagem da realidade sociocultural da comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade indígena.

Sobre o aprendizado da história do próprio povo nas aulas de História, entretanto, as respostas indicam que essa abordagem ocorre de maneira irregular. Um

estudante assinalou que aprende sempre sobre a história de seu povo, enquanto outro informou que isso ocorre apenas às vezes. De forma semelhante, quando questionados se o professor aborda a história da comunidade, ambos indicaram a opção “às vezes”. Esses resultados apontam para uma presença ainda parcial e não sistemática da história indígena e, particularmente, da história do povo Mura no cotidiano curricular.

Essa constatação dialoga com Candau (2016), que ressalta que, apesar dos avanços legais relacionados ao reconhecimento da diversidade cultural na educação, as práticas pedagógicas ainda enfrentam desafios para incorporar efetivamente os saberes, as histórias e as experiências dos diferentes grupos culturais no cotidiano escolar. Dessa forma, embora a escola apresente importantes iniciativas de valorização da identidade mura, os dados demonstram que ainda existe a necessidade de ampliar a presença sistemática da história da própria comunidade nas aulas de História.

Em relação às atividades mais apreciadas nas aulas de História, os estudantes indicaram preferência por desenhos, rodas de conversa, histórias contadas pelos mais velhos, trabalhos em grupo e pinturas corporais. Essas escolhas demonstram que metodologias participativas, dialogadas e culturalmente contextualizadas apresentam maior significado para os estudantes, sobretudo quando possibilitam a aproximação entre os conteúdos escolares e suas experiências comunitárias.

Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Freire (2000), para quem ensinar não significa simplesmente transferir conhecimentos, mas criar condições para que eles sejam construídos pelos próprios sujeitos. No contexto da Educação Escolar Indígena, essa concepção reforça a importância de reconhecer as experiências, os conhecimentos e os saberes dos estudantes como elementos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem.

Todos os estudantes participantes também afirmaram considerar importante aprender sobre a história de seu povo na escola. Além disso, relataram sentir-se respeitados no ambiente escolar por serem indígenas, aspecto que demonstra avanços no reconhecimento e na valorização da identidade Mura dentro da instituição.

No entanto, quando questionados sobre o que gostariam que estivesse mais presente nas aulas de História, os estudantes manifestaram o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre a própria cultura, a língua, as formas de plantio, as lideranças e as histórias antigas. Um estudante afirmou: “Eu gostaria de saber mais sobre nossa cultura, sobre nossa língua, plantações e sobre os nossos líderes que lutaram por nossa terra” (Narrativa do Estudante A). Outro destacou a importância de conhecer mais profundamente os antepassados e os saberes antigos.

Essas manifestações reforçam a necessidade de ampliar a presença dos conhecimentos históricos e culturais do povo Mura no currículo escolar. Tal perspectiva encontra respaldo no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), que orienta a construção de uma educação específica, diferenciada, intercultural e comunitária, fundamentada na participação dos povos indígenas e no reconhecimento de seus conhecimentos, histórias e formas próprias de organização social (BRASIL, 1998).

Nessa perspectiva, Baniwa (2006) destaca que a Educação Escolar Indígena deve contribuir para a afirmação da identidade étnica e para o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas, possibilitando aos estudantes o diálogo com diferentes conhecimentos sem que isso represente o abandono de seus valores culturais. De forma semelhante, a perspectiva freireana ressalta que a aprendizagem deve considerar a realidade dos educandos e reconhecer seus saberes e experiências como elementos fundamentais para a construção do conhecimento (FREIRE, 1996).

De modo geral, os dados obtidos por meio dos questionários e das rodas de conversa convergem com a literatura especializada, indicando que os estudantes demonstram forte valorização de sua identidade indígena. Observa-se, ainda, que os saberes tradicionais e a oralidade ocupam papel central no processo de aprendizagem, constituindo elementos fundamentais para a construção do conhecimento no contexto educacional. As metodologias interculturais, participativas e vinculadas às experiências comunitárias mostram-se particularmente significativas para os estudantes, pois favorecem o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e promovem maior envolvimento no processo educativo.

Entretanto, apesar dos avanços identificados quanto ao respeito e à valorização da identidade indígena, os resultados não permitem afirmar que a educação intercultural esteja plenamente efetivada. A presença da história do povo Mura nas aulas ainda ocorre de forma parcial, conforme demonstrado pelas próprias respostas dos estudantes. Dessa maneira, permanecem desafios relacionados à integração sistemática da história, da cultura, da língua, da memória e dos saberes tradicionais ao currículo escolar, apontando para a necessidade de ações pedagógicas e institucionais mais contínuas.

Assim, o fato de a Escola Municipal Indígena Sete de Setembro atender exclusivamente estudantes do povo Mura e contar com professores pertencentes ao mesmo povo constitui um elemento relevante para a efetivação dos princípios da Educação Escolar Indígena previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na Lei nº 11.645/2008, no

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Essa configuração oferece condições favoráveis ao desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a preservação da cultura, da memória, do território e dos conhecimentos tradicionais, consolidando a escola como espaço de fortalecimento da identidade étnica do povo Mura.

Considerações Finais

Neste artigo abordamos como o Ensino de História pode ser desenvolvido na Escola Municipal Indígena Sete de Setembro e de que maneira ele contribui para o fortalecimento da Identidade Cultural Indígena dos estudantes, promovendo o respeito à diversidade e a valorização da Cultura Indígena no Espaço Escolar.

Conclui-se que o ensino de História não deve se limitar os conteúdos da base nacional comum, mas deve dialogar com a realidade da comunidade indígena, reconhecendo os estudantes como sujeitos históricos. Dessa forma, a escola indígena consolida-se como um espaço de resistência, valorização cultural e afirmação identitária, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

Fontes Orais (Entrevistas)

Entrevista com o Tuxaua, José Antônio da Silva Lima, realizada pela acadêmica Erlane Dias Pinheiro, nas dependências da casa do entrevistado, na Aldeia Paracuúba, em Autazes – AM, no dia 24 de janeiro de 2026.

Entrevista com o Vice - Tuxaua, Rizomar Carvalho Girão, realizada pela acadêmica Erlane Dias Pinheiro, nas dependências da casa do entrevistado, na Aldeia Paracuúba, em Autazes – AM, no dia 24 de janeiro de 2026.

Entrevista com a Professora, Matilde Nascimento Laranjeira Brandão, realizada pela acadêmica Erlane Dias Pinheiro, nas dependências de casa do entrevistado, na Aldeia Paracuúba, em Autazes – AM, no dia 23 de janeiro de 2026.

Entrevista com a Professora, Valéria Lima Pinto, realizada pela acadêmica Erlane Dias Pinheiro, nas dependências de casa do entrevistado, na Aldeia Paracuúba, em Autazes – AM, no dia 23 de janeiro de 2026.

Entrevista com a Professora, Gracimare Pereira Rodrigues, realizada pela acadêmica Erlane Dias Pinheiro, nas dependências de casa do entrevistado, na Aldeia Paracuúba, em Autazes – AM, no dia 25 de janeiro de 2026.

Fonte documental

Projeto Político Pedagógico Indígena da Escola Municipal Indígena Sete de Setembro;
Planos de Ensino e materiais didáticos utilizados nas aulas de História;
Documentos legais da Educação Escolar Indígena (Constituição Federal, DCNEEI, BNCC).

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, 2012.

BUSO, Tatijana Bessa; OLIVEIRA, Laura de; SIQUEIRA FICS, Cristiano do Nascimento. **Educação e identidade: a luta dos povos originários no Brasil**. *Revista Científica Educ@ção*, 2025. DOI: 10.46616/rce. v10i15.128.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235–250, 2012.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre afirmações e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre políticas públicas e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

Freire, P. (1996). **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **História dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES DA SILVA, Aracy. **A educação indígena entre diálogos interculturais e políticas públicas**. In: LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Antropologia, História e Educação**. São Paulo: Global, 2001.

SANTANA, J. V. J. de. **Educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso Kiriri**. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, 2024.

SILVA, A. L. **Educação escolar indígena: desafios da integração entre escola e comunidade.** In: ____ (Org.). Educação Escolar Indígena no Brasil: política, prática e dialógica intercultural. São Paulo: Editora XYZ, 2001.

SILVA, Edson Kayapó. **História indígena e educação escolar indígena.** Brasília: MEC, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e identidade social: territórios contestados.** Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, A. K. A.; MORAES, L. L. de. **O entrelaçamento decolonial-intercultural na Educação Escolar Indígena Brasileira: uma revisão integrativa.** Olhares & Trilhas, 2024.